



A ESCOLA COMO ESPAÇO DE (RE) PRODUÇÃO DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Camila Santos Costa¹

Lívia Rocha Helmer²

Orientadoras: Fernanda Rocha Valim³

Prof. M.^a Roberta Scaramussa⁴

Resumo: Compreender as concepções de sexualidade e gênero como construções sociais e históricas significa, entre outras coisas, tomar tais conceitos como produções humanas instituídas a partir de relações de poder e saber que estão em constante transformação. Entende-se que o estabelecimento escolar como principal representante da instituição Educação age como potente (re)produtor dos discursos-práticas sobre sexualidade e gênero em nossa sociedade. Deste modo o presente trabalho teve como objetivo Investigar como um estabelecimento escolar da rede pública Estadual do município de Linhares- ES tem se movimentado frente às questões de sexualidade e gênero, bem como, se ainda predominam práticas e discursos sexistas e heteronormativos neste ambiente. Para coleta de dados foram aplicados questionários aos alunos das turmas do primeiro ao terceiro ano do Ensino Médio e entrevistados professores e coordenadores da escola. Os dados foram analisados tendo como referencia a Análise de Conteúdo. Os resultados preliminares apontam para o distanciamento da escola de uma perspectiva crítica e plural sobre as categorias sexualidade e gênero.

Palavras-chave: Sexualidade, Gênero, Educação, Direitos Humanos e Violência de gênero.

Introdução

Os direitos humanos visa no geral proteger e garantir direitos, a todo e qualquer ser humano, principalmente no que concerne a igualdade, cidadania, educação e liberdade. A proteção se inscreve aqui no sentido de assegurar que opressões, medidas punitivas desumanas, e a não garantia desses direitos, não ocorram. Neste sentido pessoas, sejam de quais gêneros, orientação sexual, raça, etnia, religião, classe social, que for devem (ou deveriam) ter seus

¹ Camila Santos Costa, graduanda do curso de Psicologia da Faculdade Pitágoras Linhares.

² Lívia Rocha Helmer, graduanda do curso de Psicologia da Faculdade Pitágoras Linhares.

³ Fernanda Rocha Valim, Professora do EEEM "Emir de Macedo Gomes".

⁴ Roberta Scaramussa, Mestra em Psicologia, Professora da Faculdade Pitágoras Linhares.



direitos pautados nessa declaração que foi instituída em plano universal. Partindo disso, tudo aquilo que menospreza ou despreza o direito do outro, se sobrepondo a ele, de maneira sutil ou não, se configura como uma violação dos direitos humanos (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).

Apesar de a declaração universal dos direitos humanos não tratar em nenhum artigo especificamente da violência de gênero, se torna claro que a mesma, mesmo não sendo especificada, é uma violação dos direitos, sendo consideravelmente mais recorrente direcionada a mulheres do que aos homens, isso por que ainda vivemos numa sociedade patriarcal, onde se reproduz valores machistas, que culturalmente foram instituídos como norma de ser e estar que vem para sobrepor o masculino ao feminino ou o homem à mulher, caracterizando assim relações de poder como mecanismo de controle social. Sendo assim, a violência de gênero vem se inscrevendo de modo a reproduzir e afirmar esses padrões de segregação social e política das mulheres, culminando numa tentativa de perpetuar uma invisibilidade da mulher como sujeito, e de modo geral, é aí que se dá a luta feminista. (LOURO, 2003).

Para além da definição de sexo masculino ou feminino, gênero vem a ser então, uma construção social e histórica, e compreender essa concepção, significa, entre outras coisas, tomar tais conceitos como produções humanas instituídas a partir de relações de poder e saber que estão em constante transformação. Portanto, o conceito de gênero, bem como, de sexualidade, deve ser pensado de forma plural, considerando as múltiplas formas que podem se configurar e reconfigurar, tendo em vista que estes não são fixos ou permanentes (LOURO, 2003). A violência de gênero parte de uma visão totalmente contrária a essa.

[...] a violência de gênero a partir das definições de violência contra as mulheres que oferece o Direito Internacional dos Direitos Humanos, como construída a partir dos símbolos que representam o masculino e o feminino em um plano hierárquico e que outorguem significantes superiores ao associado ao masculino. Essa violência é uma manifestação da discriminação, do que representa como feminino e o qual se reflete na falta de reconhecimento, na subvalorização e invisibilização do feminino manifestando nos âmbitos políticos, econômicos e jurídicos. (NETO; GURGEL 2014. p.19)



A violência de gênero, e as práticas sexistas podem ser percebidas até mesmo em micro ações do dia a dia, e isso vem sendo reproduzido ao longo de muitos anos. Apesar de muitas lutas e conquistas acerca da desmistificação, e da quebra desses padrões engessados na sociedade acerca de gênero, sexualidade e orientação sexual, somos o tempo todo atravessados por discursos sexistas, heteronormativos e binaristas, que sutilmente trazem como norma padrões duais de sexualidade e gênero, negando e marginalizando qualquer que fugir a essa norma. Sendo que essas normas vem sendo reproduzidas principalmente a partir de instituições como família, religião e educação. Dito isto, entende-se que o estabelecimento escolar como principal representante da instituição educação age como potente (re)produtor dos discursos-práticas sobre sexualidade e gênero em nossa sociedade. Segundo Louro (2003), desde o início a escola delimita espaços, a priori distinguindo quem podia entrar e quem não podia, separando adultos de crianças, religião “x” da religião “y”, posteriormente escola de rico e escola de pobre, e principalmente separando os meninos das meninas, sempre estabelecendo e instituindo os lugares de cada um e seus “papéis”. A escola então vem funcionando como um eficiente dispositivo de reprodução de padrões segregadores, principalmente, no que diz respeito a gênero e sexualidade, agindo assim na instituição dos papéis e comportamentos aceitáveis de meninos e meninas, desde uma reprodução cultural docilizadora sobre os corpos, até a produção de padrões de certo e errado, que de forma muitas vezes sutil vem sobrepondo o masculino ao feminino, e marginalizando qualquer outra maneira de se vivenciar a sexualidade. Para tanto, faz-se necessário a discussão desses assuntos no ambiente escolar, não apenas para informar, mas para criar um espaço de reflexão crítica acerca de qualquer prática discriminatória que existam neste ambiente, transpondo a ideia de escola como um espaço de reprodução de conhecimentos gerais, sendo um espaço de transformação, aceitação, e produção de pensamento crítico e aberto acerca das amplas possibilidades da sexualidade, bem como, da construção social e histórica dos gêneros, exercendo um papel micro político de transformação da sociedade por meio da quebra de paradigmas e padrões enrijecidos e discriminação.

Diante disso, é importante relembrar os avanços que ocorreram nas discussões desses temas na educação brasileira, a partir da luta feminista, dos movimentos LGBTT's, movimentos



étnicos-raciais e movimentos de portadores de HIV/AIDS, que buscaram e reivindicaram a importância da educação sexual nos espaços escolares, com intuito de promover a igualdade e garantir a todos aquilo que está instituído na Declaração Universal de Direitos Humanos (BRASIL,2007). Em meados da década de 80, passou a se discutir a emergência de uma educação sexual nas escolas, devido a grande epidemia de HIV/AIDS que tomava a população brasileira, e do crescente índice de gravidez entre jovens e adolescentes em idades escolares, sendo esse discurso tomado pelas escolas no início da década de 90 (CÉSAR,2009), porém ao invés de uma educação transversal acerca de sexualidade, sexo, gênero e orientação sexual, o que se fez foi implementar uma educação higienicista, a qual veio mais uma vez para impor o que é certo e errado, agindo como agente de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, e afirmando a discriminação de homossexuais, colonizando para a área de saúde e prevenção as questões de sexualidade e gênero (LOURO,2003).

As preocupações em torno das sexualidades, das homossexualidades e das identidades e expressões de gênero também não são novas no espaço escolar. No entanto, no Brasil, só a partir da segunda metade dos anos de 1980, elas começaram a ser discutidas mais abertamente no interior de diversos espaços sociais – entre eles, a escola e a universidade (sobretudo nos programas de pós-graduação, a partir dos quais se constituíram núcleos de estudos e pesquisas sobre Gênero e a área de Estudos Gays e Lésbicos). Até então, nas escolas, quando os temas relativos à sexualidade apareciam no currículo, ficavam circunscritos às áreas de Ciências ou, eventualmente, a Educação Moral e Cívica (BRASIL, 2007, p.12).

Também na década de 90, inspirada na reforma educacional espanhola, a educação brasileira instituiu a educação sexual de maneira transversal como uma temática a ser trabalhada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (CÉSAR, 2009). A partir disso, o ministério da educação vem formulando e reformulando documentos que visam instruir e problematizar essas questões dentro do espaço escolar. Pautados, de modo geral, no direito a igualdade, cidadania, informação e liberdade, os cadernos acerca de temáticas como essa trazem a importância de se trabalhar essas questões na escola, como forma de fortalecer a educação para além das disciplinas curriculares, ou seja, para uma formação como cidadão, oferecendo



informação e possibilidades de escolhas que ultrapassam padrões cristalizados e segregadores (BRASIL, 2007).

Acerca das discussões referentes às questões de gênero e diversidade sexual no espaço escolar, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC) publicou no caderno 4 (2007) :

A escola e, em particular, a sala de aula, é um lugar privilegiado para se promover a cultura de reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos a diferenças. Daí, a importância de se discutir a educação escolar a partir de uma perspectiva crítica e problematizadora, questionar relações de poder, hierarquias sociais opressivas e processos de subalternização ou de exclusão, que as concepções curriculares e as rotinas escolares tendem a preservar (BRASIL, 2007, p.9)

No fascículo de *Orientação sexual* (2000), o tema sexualidade e gênero e uma educação em torno disso, ainda se apresenta com um caráter preventivo (CÉSAR, 2009), em contrapartida, se discorre os objetivos das discussões de gênero de maneira transversal:

A discussão sobre relações de gênero tem como objetivo combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação. A flexibilização dos padrões visa permitir a expressão de potencialidades existentes em cada ser humano que são dificultadas pelos estereótipos de gênero. Como exemplo comum pode se lembrar a repressão das expressões de sensibilidade, intuição e meiguice nos meninos ou de objetividade e agressividade nas meninas. As diferenças não devem ficar aprisionadas em padrões preestabelecidos, mas podem e devem ser vividas a partir da singularidade de cada um, apontando para a equidade entre os sexos (BRASIL, 2000, p. 144).

À vista disso, levantamos um questionamento “Como a escola tem se posicionado e movimentado frente às questões de sexualidade e gênero?”. Orientações acerca dessa temática existem, assim como a grande demanda de se trabalhar tais assuntos a partir de uma educação social produzida nas escolas, mas será que essas discussões tem chegado às salas de aula? Os



educadores tem entendido a importância de se produzir práticas para além das culturalmente enrijecidas, ou as orientações continuam apenas no papel, sem que pelo menos uma problematização e uma reflexão crítica seja feita? Foi pensando por esse viés que a presente pesquisa buscou investigar como uma instituição escolar pública de Ensino Médio do Norte do Espírito Santo tem se movimentado frente às questões de sexualidade e gênero, bem como, se ainda predominam práticas sexistas e heteronormativas neste contexto.

Procedimentos Metodológicos

O presente estudo pode ser caracterizado como qualitativo visto que de acordo com Minayo (1993, p.245) o objeto da abordagem qualitativa é exatamente o “nível dos significados, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores que se expressam pela linguagem comum e na vida cotidiana”. Para autora o material da investigação qualitativa é a palavra expressa, a fala que emerge seja nas relações afetivas, técnicas expressas em diferentes contextos sociais. Sua função é trabalhar em nível das intensidades relacionais, por isso não se aplica a explicações gerais, universalização, produção de indicadores, composição de perfis populacionais. Minayo (2003) ainda destaca que o procedimento qualitativo descreve, compreende e explica os fenômenos estudados com o objetivo de entender a complexidade da vida social.

Participaram deste estudo 113 alunos e alunas dos primeiro, segundo e terceiro anos do Ensino Médio de uma escola pública do Norte do Espírito Santo, oito professores e professoras da referida escola e uma coordenadora pedagógica.

A coleta de dados foi realizada através de questionário contendo questões abertas e fechadas e aplicada aos estudantes, também foi usado um questionário contendo apenas questões abertas aplicado aos professores e coordenadora pedagógica.

Os dados coletados foram analisados de acordo com a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977), tal análise pretende realizar articulações entre os conteúdos simbólicos apresentados nas falas dos entrevistados e os referenciais teóricos na área visando responder às questões da pesquisa com base em seus objetivos. Para tanto, os dados serão organizados



em categorias de análise e classificadas pelas pesquisadoras como relevantes para os resultados.

Resultados e análise

A análise dos questionários respondidos pelos professores e professoras e coordenadora pedagógica da referida escola evidenciou que não há nenhum tipo de planejamento pedagógico para inserção da temática sexualidade e gênero como conteúdo transversal conforme orienta os Parâmetros Curriculares Nacionais. Deixaram claro que o assunto, quando abordado, acontece, quase sempre, em sala de aula por iniciativa dos próprios professores em especial daqueles que já tem tal conteúdo contemplado em seus programas de disciplina.

Sim, algumas vezes, no momento das aulas. (prof 1)

Sim, pelo que eu observo até agora cada professor busca trabalhar dentro da sua disciplina (prof. 2)

Não, apenas na sala de aula quando o texto trabalhado oferece discussão. (prof. 3)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) propõem que as temáticas referentes a Orientação Sexual nas escolas aconteçam de modo transversal, isso significa compreender que tal assunto insere-se numa diversidade de áreas de conhecimento facilitando sua abordagem dentro dos conteúdos curriculares das áreas afins. Contudo o PCN (1997) também orienta que, em função do caráter dinâmico do cotidiano escolar, a orientação sexual deve ser abordada de forma extra disciplinar. Afirma ainda que a transversalidade comporta a construção de um espaço específico e sistematizado para problematização, acompanhamento e criação de práticas de inclusão destes assuntos dentro da escola.



O discurso da coordenadora pedagógica do estabelecimento educacional vai à contramão do afirmado acima. Quando questionada sobre o desenvolvimento de práticas pedagógicas a respeito da temática sexualidade e gênero ela diz:

Como sou pedagoga quando sou solicitada preciso esclarecer sobre o assunto, mas pessoalmente acho um assunto muito delicado para debater com essa faixa etária.(coordenadora pedagógica).

O PCN (1997) coloca que as dúvidas, vivências e curiosidades sobre a sexualidade surgem em todas as faixas etárias; alerta que ignorar, ocultar ou reprimir são as respostas mais comumente dadas pelos profissionais da escola e tais práticas se fundamentam no conceito de que o tema deva ser tratado exclusivamente pela família. Destaca que o trabalho de orientação sexual na escola deve ter um caráter diferente da educação família. De acordo com o PCN:

A sexualidade é primeiramente abordada no espaço privado, por meio das relações familiares. Assim, de forma explícita ou implícita, são transmitidos os valores que cada família adota como seus e espera que as crianças e os adolescentes assumam.

De forma diferente, cabe à escola abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno a construir um ponto de auto-referência por meio da reflexão. Nesse sentido, o trabalho realizado pela escola, denominado aqui Orientação Sexual, não substitui nem concorre com a função da família, mas a complementa. Constitui um processo formal e sistematizado que acontece dentro da instituição escolar, exige planejamento e propõe uma intervenção por parte dos profissionais da educação. (1997, p.299)

Embora a maioria dos professores tenha afirmado abordar em algum momento a temática sexualidade e gênero, ficou evidente nos conteúdos das respostas, que nem todos, sabiam o que significava a palavra “gênero”, sendo, algumas vezes, interpretada como sinônimo ou referindo-se a homossexualidade.



O assunto está presente nas aulas e tenho alguns alunos desses gêneros (prof. 4)

Temos alunos que são desse gênero e precisamos discutir sobre isso. (prof. 5)

O PCN (1997) também deixa claro que o tema sexualidade envolve, geralmente, questões polêmicas e de cunho moralizante, sendo, portanto, necessária à preparação dos educadores para uma visão crítica e reflexiva a respeito do assunto. As discussões sobre gênero, por exemplo, compõem o eixo central do PCN (1997) no que se refere ao tema Orientação Sexual o que reafirma a necessidade de que os professores estejam devidamente preparados para conduzir tal problemática de forma plural e democrática:

É necessário que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema. Os professores necessitam entrar em contato com suas próprias dificuldades diante do tema, com questões teóricas, leituras e discussões referentes à sexualidade e suas diferentes abordagens; preparar-se para a intervenção prática junto aos alunos e ter acesso a um espaço grupal de produção de conhecimento a partir dessa prática, se possível contando com assessoria especializada. A formação deve ocorrer de forma continuada e sistemática, propiciando a reflexão sobre valores e preconceitos dos próprios educadores envolvidos no trabalho de Orientação Sexual. É necessário que os professores possam reconhecer os valores que regem seus próprios comportamentos e orientam sua visão de mundo, assim como reconhecer a legitimidade de valores e comportamentos diversos dos seus. Tal postura cria condições mais favoráveis para o esclarecimento, a informação e o debate sem a imposição de valores específicos. (BRASIL, p.302)

O fato da maioria dos professores bem como da coordenadora pedagógica não terem identificado e relatado uma violência de gênero ou uma prática sexista reafirma a hipótese de superficialidade a respeito da temática em questão. A frase, **Violência não, apenas percebo**



que há uma certa diferença por uma minoria, violência não, relatada pelo prof. 7, deixa claro esse desconhecimento aponta para uma visão reducionista do que seria o conceito de violência. Apenas uma professora conseguiu exemplificar esse tipo violência no contexto escolar: **Sim, existem alunos que ainda manifestam-se machistas e não admitem dividir tarefas domésticas em casa, pois ainda mantem e reproduzem discursos que certas atividades ainda são para mulheres. Também discursam sobre roupas de “mulher solteira” e roupas para quem tem namorado, marido et. (prof. 2)**

Outro ponto que reforça essa hipótese de um conhecimento superficial sobre o assunto refere-se ao fato de que apenas uma professora (prof. 2) conseguiu exemplificar os conteúdos trabalhados em suas aulas citando: Machismo, direitos femininos, empoderamento da mulher, reflexão sobre os papéis sociais, os demais professores apenas citaram as ferramentas usadas como: textos, teatros, projetos, situações de sala de aula.

Entre os entrevistados seis consideraram importante garantir um espaço de debate a respeito de sexualidade e gênero no espaço escolar. As justificativas, entretanto, foram bastante diversificadas conforme vemos abaixo:

Discussão apenas para que haja o devido respeito sobre as escolhas alheias.

Sim pois há pessoas que não respeitam esse tipo de gênero.(prof. 3)

**Sim, pois é algo muito importante para a preparação do cidadão, a formação.
(prof. 4)**

Sim, pois Vivemos em uma sociedade em que os direitos das mulheres ainda não são respeitados plenamente. (prof. 2)

Apenas um professor afirmou não achar necessário o debate a respeito da temática.



Penso que não há necessidade, pois existem outros grupos que também precisa de atenção. Há necessidade de trabalhar e pensar, sobre o ser humano e suas diferenças, não priorizar um único grupo. (prof. 7)

A coordenadora pedagógica colocou:

Sim, porem o assunto precisa ser tratado com pessoas capacitadas para falar sobre este assunto que é muito polêmico.

Nota-se nos discursos um receio a respeito do tema, como se fosse algo perigoso ou arriscado que deve ser apresentado de forma cautelosa apenas para cumprir o politicamente correto. É nesse contexto que se busca um profissional de fora para conduzir de forma especializada e pontual o debate. Borges e Meyer (2008) em pesquisa realizada com professores participantes de um curso sobre sexualidade e gênero na educação detectou que as participantes geralmente não se sentem habilitadas a falar sobre o assunto e esperam que um especialista, um agente externo ao ambiente escolar venha tratar sobre o assunto. Camargo e Ribeiro (apud BORGES; MEYER,2008) refletem sobre os receios dos professores ao tratarem das questões de gênero e sexualidade na sala de aula:

Muitos consideram, ainda hoje, a abordagem de questões sexuais na escola como algo não-sadio, pois estimularia precocemente a sexualidade da criança e do adolescente. Para outros, a discussão orientada de temas relacionados à sexualidade proporcionaria aos jovens o conhecimento da importância da vida sexual bem mais cedo e com maior profundidade (1999, p. 39).

Os resultados obtidos a partir da análise dos 113 questionários dos estudantes do primeiro, segundo e terceiro ano do Ensino Médio apontam que o tema Direitos Humanos foi o mais discutido na escola (83 ocorrências afirmativas) seguido por sexualidade (72 ocorrências afirmativas) neste caso, nota-se que a maioria dos alunos indicam ter discutido a respeito do assunto em algum momento da formação de ensino médio. Já no que se refere aos temas violência contra as mulheres (73 ocorrências negativas) e violência contra homossexuais (73 ocorrências negativas) a maioria dos alunos afirmam não terem discutido ou não saberem do que se trata.



Aproximadamente cem por cento dos alunos que afirmaram já ter discutido uma dessas temáticas na escola apontaram que isso aconteceu em sala de aula e foi conduzido por um professor. Tal relato está de acordo com o que foi colocado também pelos professores e pela coordenadora pedagógica da instituição de ensino.

Quando questionados se já presenciaram algum tipo de preconceito dirigido à mulher no ambiente escolar a maioria (79 ocorrências) afirmou nunca ter presenciado tal fato. A mesma pergunta dirigida ao preconceito contra homossexuais revelou que uma pequena maioria de 57 alunos afirmou nunca ter presenciado enquanto 50 alunos afirmaram já ter presenciado tal fato, outros seis alunos não responderam a questão.

Assim como no relato dos professores a dificuldade em identificar situações de violência contra a mulher e violência contra homossexuais chama a atenção visto que Carrara (2005) em pesquisa realizada durante a Parada do Orgulho GLBT no Rio de Janeiro identificou que 40% dos adolescentes homossexuais participantes relataram já haver sofrido casos de discriminação dentro da escola. A escola aparece em terceiro lugar como local ou contexto da discriminação (27% dos casos), atrás apenas do ambiente familiar e dos amigos e vizinhos. Se a escola, como afirma os autores é um local de reprodução dos modelos heteronormativos e sexistas como não perceber violências contra a mulher e violência contra homossexuais neste contexto? Louro (1999) nos oferece algumas pistas para responder a esta questão pois destaca em sua obra as principais consequências que a escola produz na constituição subjetiva dos sujeitos que por ela passam no que se refere a constituição da identidade sexual e de gênero:

O investimento mais profundo, contudo, o investimento de base da escolarização se dirigia para o que era substantivo: para a formação de homens e mulheres “de verdade”. Em que consistia isso? Existiam (e, sem dúvida, existem) algumas referências e critérios para discernir e decidir o quanto cada menino ou menina, cada adolescente e jovem estava se aproximando ou se afastando da “norma” desejada. Por isso, possivelmente, as marcas mais permanentes que atribuímos às escolas não se referem aos conteúdos programáticos que elas possam nos ter apresentado, mas sim se referem a



situações do dia-a-dia, a experiências comuns ou extraordinárias que vivemos no seu interior, com colegas, com professoras e professores. As marcas que nos fazem lembrar, ainda hoje, dessas instituições têm a ver com as formas como construímos nossas identidades sociais, especialmente nossa identidade de gênero e sexual. (p. 18-19)

Tal processo torna as violências sexuais e de gênero cotidianas naturalizadas e, portanto, invisíveis, eis aí uma explicação possível para um registro tão pequeno por parte dos participantes desta pesquisa das múltiplas formas de violência que se apresentam no ambiente escolar.

Considerações Finais

Compreende-se para fins deste trabalho que a violência de gênero se dá a partir de uma ideologia de que o feminino é inferior ao masculino, em que as diferenças existentes são tomadas de forma a se afirmar uma desigualdade hierárquica com o fim de sobrepor, menosprezar, e oprimir (SANTOS; IZUMINO, 2005), e que não muito distante disso a heteronormatividade vem para impor a heterossexualidade como norma e padrão de experienciar a sexualidade.

Na mesma lógica entende-se escola como um dispositivo (re)produtor de conhecimento, padrões e práticas, e considerando que a sociedade que estamos inseridos reproduz, ainda, uma lógica patriarcal e machista, faz-se necessário pensar se, e o quanto, a escola, principal agente da instituição educação, tem contribuído para afirmação de padrões segregadores no que diz respeito a questões de sexualidade e gênero (LOURO, 2003), conseqüentemente, sendo contribuindo para perpetuação ou ruptura desta violência.

A partir desta leitura o presente estudo identificou nos discursos de alunos, professores e coordenação pedagógica de uma escola pública de ensino médio que embora as temáticas sexualidade e gênero estejam presentes nos conteúdos escolares, ainda são questões pontuais e



isoladas, dependentes de iniciativas particulares de professores implicados no processo ou apenas reprodutores de conteúdos estabelecidos pelas diretrizes curriculares.

Além disso, foi possível notar que não há, de acordo com os resultados um efetivo compromisso com um olhar crítico e transformador em relação às problemáticas levantadas. Há também um distanciamento entre as questões abordadas e as realidades vivenciadas pelos alunos, fala-se, por exemplo, de Direitos Humanos e de Sexualidade de forma ampla sem contemplar os efeitos dos mesmos no cotidiano escolar.

Diante dos índices alarmantes de violência contra mulher e violência contra homossexuais no Brasil, buscamos entender como esses temas tem sido trabalhados no espaço escolar, e se há a consciência por parte dos alunos e educadores sobre a importância de uma educação transversal, que esta para além de conteúdos programáticos das disciplinas curriculares. O estudo apontou que os agentes escolares tem dificuldade de identificar as múltiplas violências embutidas em seu espaço institucional em especial a violência contra a mulher e a violência contra homossexuais. Mesmo assim a grande maioria considera importante a discussão sobre esses temas embora, os professores ressaltem a importância de tomar cuidado com os modos como isso irá acontecer.

Diante do exposto, ressaltamos a relevância da efetivação das ações propostas pelo PCN (1997) no que refere a Orientação Sexual também para o Ensino Médio e destacamos a necessidade urgente de criação de espaços de discussão nos ambientes escolares acerca da sexualidade e gênero incluindo todos os atores escolares, a fim de promover igualdade, acesso a informação, liberdade e potência, contribuindo de forma micro política, e posteriormente macro política, para a constituição de uma sociedade menos preconceituosa, que garanta a todos, sem exceção, seus direitos.

Referências Bibliográficas

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, ONU, 1948



LOURO, G. L.. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 6a. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

NETO, C. E. S; GURGEL, Y. M.P. **A construção do conceito de violência de gênero no direito internacional dos direitos humanos a partir dos institutos da discriminação e da violência sexual contra a mulher**. Revista Constituição e Garantia de Direitos, V. 7, N. 01, 2014.

CÉSAR, M. R. A. **Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “Epistemologia”**. Educar, Curitiba, n. 35, p. 37-51, 2009. Editora UFPR.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual** / Secretaria de Educação Fundamental. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC). **Gênero e diversidade sexual na Escola: Reconhecer diferenças e superar preconceitos/ Cadernos SECAD 4**. Brasília, 2007.

SANTOS, C. M., & IZUMINO, W. P. (2005). **Violência contra as mulheres e violência de gênero: Notas sobre estudos feministas no Brasil**. E.I.A.L. Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe, 16. Recuperado em 09 novembro 2008, De <http://www.nevusp.org/downloads/down083.pdf>

MINAYO, Maria Cecília Souza; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementariedade? **Cadernos de Saúde Pública**, v. 9, n. 3, jul/set. Rio de Janeiro. 1993

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

CARRARA, Sérgio; RAMOS, Silvia. Política, direitos, violência e homossexualidade. Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – Rio 2004. Rio de Janeiro: CEPESC, 2005.

LOURO, G. L.. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3a. ed. Autentica, 2007.



BORGES, Z.N.; MEYER, D. N. Limites e possibilidades de ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e a homofobia. Ensaio: aval. Publ. Rio de Janeiro, v. 16, n.56, p.59-76, 2008.